



11º ENCONTRO ABCP

Associação Brasileira de Ciência Política

AT Instituições Políticas

2ª. VERSÃO PRELIMINAR. NÃO CITAR

Quem são os agentes da coalizão? Radiografia dos ministros-políticos no presidencialismo brasileiro

Adriano Codato

Departamento de Ciência Política, Universidade Federal do Paraná

Paulo Franz

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná

Amanda Sangalli

Departamento de Sociologia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Curitiba, Brasil

julho 2018

Resumo

Entendidas como um fator imprescindível para a estabilidade em regimes multipartidários, coalizões políticas foram constantes ao longo de toda a história democrática brasileira. Apesar disso, os efeitos das alianças políticas sobre o funcionamento do poder Executivo ainda não têm sido tratados sistematicamente pela literatura, focada sobretudo no impacto das coalizões no processo legislativo na Câmara dos Deputados. O objetivo deste trabalho é examinar a estabilidade do poder Executivo a partir da presença de congressistas e de não congressistas nos ministérios em todos os gabinetes nos últimos dois períodos democráticos (1946-1964 e 1985-2016). Comparamos o tempo de permanência entre ministros com passagem pela Câmara e/ou Senado com aqueles que não passaram por esses níveis Legislativos e o risco de saída do gabinete de cada grupo através do estimador produto-limite de Kaplan-Meier. Através do modelo de riscos proporcionais de Cox, avaliamos o impacto de doze fatores (pessoais, partidários, políticos e econômicos) sobre a taxa de rotatividade ministerial em cada regime. Nossos dados mostram, de maneira contraintuitiva, que a maior presença de “políticos” (definidos como ex-congressistas) nos gabinetes diminui o nível de sobrevivência ministerial em ambos os regimes, aumentando, assim, a instabilidade dos governos. O impacto das covariáveis sobre a estabilidade variou muito dependendo do regime político considerado. Este é, contudo, um trabalho descritivo dos dados e uma pesquisa ainda exploratória.

palavras-chave: presidencialismo, ministros, coalizões, risco, regime político.

Quem são os agentes da coalizão? Radiografia dos ministros-políticos no presidencialismo brasileiro

Adriano Codato (adriano@ufpr.br)¹

Paulo Franzj (pfranzj@gmail.com)²

Amanda Sangalli (amandafsangalli@gmail.com)³

Introdução

Vistas como essenciais para o bom funcionamento das instituições democráticas, coalizões políticas no Brasil são alvos frequentes de análises pela literatura especializada.

Em Ciência Política, a abordagem tradicional de estudos de coalizão procura mostrar seu funcionamento a partir das relações Legislativo-Executivo, assim como a estabilidade política do governo à luz da composição dos gabinetes (Amorim Neto 2006; Batista 2013; Figueiredo & Limongi 2001). Essas pesquisas avaliam o sucesso dos Executivos em aprovações de projetos de lei e decretos presidenciais no Congresso Nacional também em função da presença dos partidos no gabinete ministerial. O argumento central é que o sucesso governativo do presidente e a sua relação com o Legislativo depende, em larga medida, da representação proporcional das forças partidárias do parlamento no gabinete ministerial. Assim, governos que espelhassem melhor a configuração política do Congresso Nacional, teriam menos problemas para a aprovação de suas iniciativas legislativas.

Embora essas análises representem avanços na compreensão da natureza e dos efeitos das diferentes estratégias de formação das equipes de governos, o entendimento dos efeitos da coalizão sobre o próprio Poder Executivo ainda permanece muito restrito, visto que a dimensão analítica das pesquisas se volta sobretudo ao processo legislativo, em especial na Câmara dos Deputados. O impacto das coalizões sobre a estabilidade política, o processo decisório e o funcionamento interno dos próprios ministérios permanecem pouco estudado.

O objetivo deste trabalho é avaliar os efeitos das coalizões políticas formadas pelos governos brasileiros sobre a estabilidade do Poder Executivo nos últimos dois períodos

¹ Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Mestre e doutorando no Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Editor assistente da *Revista de Sociologia e Política*, pesquisador do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil e do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP/UFPR).

³ Graduanda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), integra o Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, o Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP/UFPR), o Laboratório de análise do Campo Científico (LaCC/UFPR) e é voluntária no Laboratório de Pesquisa em Política, Representação e Relações Intergovernamentais (LAPRE/PUCPR). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência pela CAPES (2016) e atualmente é bolsista de Iniciação Científica no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

democráticos (1946-1964 e 1985-2016). “Estabilidade” significa aqui uma rotatividade baixa de ministros no gabinete, simplificada.

Analisaremos o tempo de permanência médio dos ministros em cada regime à luz da proporção de ex-parlamentares recrutados para o gabinete (doravante ‘*taxa de politização* dos governos’), assim como o impacto de variáveis pessoais, político-institucionais e econômicas sobre o grau de rotatividade ministerial em cada mandato presidencial entre 1946 e 2016.

Na seção seguinte indicamos apenas alguns estudos que desenvolveram o debate sobre formação de coalizões e sobrevivência ministerial (não é, ainda, uma revisão ampla da literatura). Na seção 2, apresentamos informações de caráter metodológico, esclarecendo a construção de nosso banco de dados assim como as categorizações com as quais estamos trabalhando. Na seção 3, ilustraremos o problema da estabilidade ministerial no Brasil através de dados relativos a cada um dos governos das Repúblicas de 1946 e 1988. A seção 4 diz respeito ao grau de politização dos gabinetes e os riscos de saída dos ministros em governos mais e menos politizados através do estimador Kaplan-Meier. Na seção 5, apresentamos as variáveis do modelo de análise e discutimos seus impactos sobre a rotatividade ministerial no Brasil através do teste de riscos proporcionais de Cox.

1. Breve notícia da literatura

A formação de coalizões políticas é um elemento central para o funcionamento dos regimes democráticos. Ao mesmo tempo em que garantem maior apoio político ao governo no parlamento, através de maiorias legislativas (Figueiredo et al. 2012), coalizões também servem como mecanismo de controle democrático na produção de políticas públicas via participação de representantes políticos eleitos na equipe de governo. Isso porque o principal mecanismo de formação de coalizões é a nomeação de representantes de grupos políticos nos gabinetes ministeriais.

Além desse aspecto processual e representativo, a formação de coalizões também é entendida como uma forma de amenizar conflitos entre facções políticas (Timmermans & Moury 2006), visto que a incorporação de grupos ao governo tenderia a produzir melhores relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, assim como garantir maiores níveis de estabilidade política (Acosta & Polga-Hecimovich 2011). Pode-se estimar que coalizões de governo robustas tendem a apresentar correlação positiva com conjunturas políticas mais estáveis. Isso seria tanto mais verdadeiro em contextos de maior fragmentação partidária (Druckman 1996), como no caso brasileiro. Quanto maior o número de forças e partidos políticos no Congresso Nacional, maior seria a necessidade de construir alianças políticas que permitam um melhor desempenho do governo. A coalizão, no nosso caso, seria uma resposta estratégica do governo para o dilema institucional instalado pela coexistência de um Poder Executivo eleito diretamente pelo sufrágio popular com uma casa legislativa multipartidária (Chaisty et al. 2014). O presidencialismo multipartidário encontraria sua válvula de escape na coalizão multipartidária.

Segundo Timmermans e Moury, a maior longevidade dos governos multipartidários na Holanda e na Bélgica pode ser explicada, justamente, pela gestão eficiente da coalizão que

os governos fazem. Segundo os autores, “*the increase in government duration is the result of emerging mechanisms of coalition governance, designed as they are for political steering and conflict management*” (Timmermans & Moury 2006, p.390).

Entretanto, no caso brasileiro, a gestão de coalizão parece ter papel central também no nível de instabilidade alto dos ministérios. A maior proporção de demissões ministeriais se deve, sobretudo, a reordenações do gabinete de ministros capitaneadas pelo próprio presidente da República, seja para resolver conflitos intrapartidários, para reacomodar interesses da base de partidos aliada, ou para um redirecionamento estratégico de projetos prioritários do governo. Reformas ministeriais, portanto, seriam uma carta passível de ser utilizada pelo chefe de Estado para a gestão de sua coalizão de apoio (Franz & Codato 2018).

Também em regimes presidencialistas, há uma incidência maior de trocas ministeriais quando o governo enfrenta escândalos midiáticos ou manifestações populares, mas o grau de impacto desses fatores sobre a instabilidade ministerial varia, sobretudo quando está presente a possibilidade de reeleição do presidente da República. Escândalos, por exemplo, não apresentam correlação significativa com trocas ministeriais caso o presidente tenha permissão constitucional de se reeleger. Do contrário, o impacto de escândalos sobre a estabilidade no gabinete é maior (Camerlo & Pérez-Liñán 2015)⁴.

Muitas das pesquisas que abordam o problema das reformas ministeriais em países europeus costumam contrastar a estabilidade do gabinete com mudanças no governo a partir da recomposição de forças no Parlamento (Dowding & Dumont 2013; Mershon 1996). Nesse sentido, existem alguns trabalhos que testam uma série de fatores institucionais e prosopográficos sobre a rotatividade ministerial dos gabinetes europeus.

Em trabalho metodológico sobre o assunto, Fischer, Dowding e Dumont propõem um leque de variáveis explicativas que podem ser testadas nas pesquisas que focam a duração do mandato ministerial: *i) variáveis pessoais* para análises comparadas e históricas: gênero, idade, escolaridade; *ii) variáveis institucionais* para análises comparadas entre países: regime político, sistema de governo, tipo de sistema partidário; e *iii) variáveis conjunturais*: como partido ao qual é filiado, personalidade e características do Primeiro Ministro, tipo da pasta ministerial, etc. (Fischer et al. 2012). Isso significa que, além do que é já tradicionalmente encontrado nos trabalhos acerca da “sobrevivência ministerial”, uma análise detalhada sobre a “estabilidade ministerial” não pode se restringir apenas ao tempo de permanência em função das saídas e das entradas, mas focalizar também os tipos de indivíduos – ou melhor, as características e as experiências prévias deles – que são nomeados para todas as pastas. A conclusão é que com o aumento no número de variáveis a serem observadas, a ideia de estabilidade nos gabinetes de partido único nos sistemas parlamentares, em relação aos sistemas de coalizão, poderia ser questionada (Huber & Martínez-Gallardo 2004).

⁴ Essa é uma constatação que depende da jurisdição do ministério considerado. Nosso estudo sobre os portfólios da área econômica no Brasil (Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento e Banco Central) entre 1965 e 2016 mostraram que escândalos são a segunda maior razão de demissão dos titulares (18%), muito atrás de embates internos das equipes de governo (43%), mas muito à frente das demais razões (saída para disputar eleições, reforma do gabinete, desempenho, etc.). Ver (Codato et al. 2018, p.313 Tabela 3).

Com isso em vista, construímos um modelo de análise de sobrevivência ministerial com variáveis de natureza prosopográfica, institucionais (partidárias) e conjunturais (políticas e econômicas). O objetivo específico aqui foi analisar a estabilidade dos governos à luz das configurações políticas a partir dos seus respectivos ‘graus de politização’.

Nosso indicador de *grau de politização dos governos* (alto/baixo) foi elaborado a partir do cálculo da *taxa de politização* do gabinete ministerial, que é uma medida contínua expressa em porcentagem do total. A *taxa de politização* consiste na proporção de congressistas recrutados para conjuntos de ministérios de um dado presidente ao longo de todo o seu período de mandato. Estipulamos os limites dessa variável separadamente por regime político (1946-1964; 1985-2016), onde calculamos a taxa para cada governo e feito isso trabalhamos com a mediana de cada período, sendo 0,27 a mediana de politização para no regime de 1946 e 0,35 no regime da Constituição de 1988. Codificamos as variáveis como 0 e 1, sendo 1 a taxa de politização igual ou acima do valor da mediana (“governos mais politizados”), e 0 as taxas abaixo da mediana (“governos menos politizados”).

O nosso recorte abarca a República de 1946 - inaugurada no governo Dutra e finalizada após no golpe de Estado que destituiu o presidente Goulart em 1964 – e a República de 1988, inaugurada com posse do presidente José Sarney. Nossos dados vão até o impedimento de Rouseff, em 2016.

2. Materiais e métodos

A hipótese básica a ser testada é se a presença de ministros congressistas (“políticos”) produz um gabinete ministerial politicamente mais estável do que um gabinete com menos políticos. Desenvolvemos então uma análise estimativa do risco acumulado (*Hazard Ratio*) e um modelo de riscos proporcionais de Cox com 12 covariáveis, explicadas mais adiante no Quadro 1, para verificar as taxas de risco (*Hazard Risk*) associadas a cada variável e como elas impactam a demissão do ministro.

A construção do banco de dados considerou cada nomeação (num total de 766 nomeações), com permanência igual ou superior a noventa dias na pasta ministerial. Foram analisados 213 mandatos ministeriais (e não ministros individualmente) para o regime 1946-1964 e 553 para o regime 1985-2016. Os dados biográficos dos ministros foram compilados a partir dos verbetes do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* e as datas de entrada e de saída do gabinete foram retiradas dos registros da Biblioteca da Presidência da República.

A Tabela 1 traz a estatística descritiva do universo estudado por mandato presidencial e por regime político.

A média de permanência no cargo de um ministro no regime da Constituição de 1946 (1946-1964) foi de apenas 15 meses contra quase 20 para o regime da Constituição de 1988.

O coeficiente de variação (a razão do *desvio padrão* pela *média* expresso em percentual) mostra a variabilidade dos dados em relação à média da população sem levar em consideração a ordem de grandeza da variável. Quanto menor o CV, mais homogêneo será o conjunto de dados ou menor a dispersão em torno da média de tempo de mandato ministerial.

Os valores encontrados na Tabela 1 para cada regime político são especialmente altos (respectivamente 90% e quase 76%), apesar de desvios padrão muito próximos entre si (13,53 e 15,03), o que indica diferenças muito grandes: mandatos muito curtos convivendo com mandatos muito longos (os tempos máximo e mínimo de permanência no ministério em meses também expressam isso, mas de forma menos acurada). Essa ausência de padrão é um primeiro indicador de instabilidade política – em especial para o regime de 1946.

Tabela 1: Número de ministros de Estado e tempo de permanência no cargo em meses, por presidente (1946-2016) e por regime político (1946-1964; 1985-2016)

presidentes	N	média	mediana	desvio padrão	coeficiente de variação (%)	tempo mínimo	tempo máximo	% total
Dutra	40	21,5	12	17,2523	80,34	4	60	18,8
Vargas	30	21,4	21	12,9338	60,44	4	42	14,1
Café	22	9,5	7,5	4,0912	43,07	5	14	10,3
JK	43	21,8	18	16,1941	74,24	3	60	20,2
Jânio	18	5,9	6	,2357	3,97	5	6	8,5
Jango	60	7,4	9	2,8334	38,55	3	14	28,2
regime de 1946	213	15	9	13,5380	90,23	3	60	100,0
Sarney	75	20,4	13	16,9475	83,02	3	60	13,6
Collor	47	14,6	13	9,0471	61,89	3	30	8,5
Itamar	56	11,3	10	6,5951	58,25	3	24	10,1
FHC I	52	27,5	22	16,5997	60,32	4	48	9,4
FHC II	60	17,9	9	14,7495	82,40	3	48	10,8
Lula I	68	23,5	17	14,8178	63,13	4	48	12,3
Lula II	61	27,5	27	16,4748	59,85	3	48	11,0
Dilma I	79	22,7	19	15,6048	68,87	3	48	14,3
Dilma II	55	9,7	9	4,2129	43,64	3	16	9,9
regime de 1988	553	19,8	14	15,0327	75,90	3	60	100,0

Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil (<http://observatory-elites.org/>), NUSP/UFRP

Quando se consideram os dados para os diferentes presidentes incluídos no estudo, o número de nomeações aumentou consideravelmente do primeiro para o segundo período democrático, devido possivelmente ao aumento no número de pastas ministeriais do governo (uma média de 17 pastas no primeiro período contra 32 no último (ver, mais adiante, a Tabela 2).

Os coeficientes de variação por presidentes mostram uma heterogeneidade muito maior nos mandatos ministeriais de Dutra (80%) do que de Jango (38,5%), informação que necessita ainda uma explicação mais contextual. No segundo regime, Sarney e FHC II possuem os maiores coeficientes (em torno de 83%).

A despeito do aumento de nomeações por governo, a Tabela 1 sugere que o regime democrático iniciado em 1946 tenha tido gabinetes ministeriais menos estáveis. Além dos

três governos interrompidos antes do fim do mandato constitucional (Vargas, Jânio e Jango), os presidentes que conseguiram cumprir integralmente seu mandato (Dutra e JK) apresentam gabinetes com médias de tempo de permanência ministerial um pouco mais baixas que os governos do regime de 1988. Nossos dados indicam que 4 governos da ‘Nova República’ (FHC I, Lula I, Lula II e Dilma I) apresentaram tempo de permanência superior ao governo mais estável da ‘República Populista’ (JK, com média de quase 22 meses).

Ministérios militares possuem um tempo de permanência médio em meses maior do que os demais ministérios (sociais, político e econômicos) em ambos os regimes (18 meses no primeiro período democrático e quase 27 meses no segundo). Também nos dois regimes, os ministérios sociais foram os que registraram as médias mais baixas (12,6 meses para o regime de 1946 e 18,7 para o regime de 1988).

A Tabela 2 resume esses dados por ministério, agora destacando aqueles com maior rotatividade média em meses.

Tabela 2: Maior número de nomeações ministeriais e menor tempo médio de permanência no cargo em meses por ministério e por governo (1946-2016)

presidentes	ministérios	N	média	mediana*
Dutra	consultoria geral da república	4	13,5	9,5
Vargas	trabalho	4	10,5	7,5
Café	justiça/transportes	2	5,5	5,5
JK	estado-maior das forças armadas	4	13,8	14
Jânio	consultoria geral da república	1	5	5
Jango	educação	5	5,4	4
Sarney	desenvolvimento agrário	6	13	11
Collor	justiça	3	9,7	6
Itamar	planejamento	4	7,5	9
FHC I	justiça	3	15	15
FHC II	justiça	6	7,3	5,5
Lula I	previdência social	4	11,5	12,5
Lula II	minas e energia	4	11,5	8
Dilma I	desenvolvimento agrário	4	11,5	9,5
Dilma II	secretaria nacional de direitos humanos	3	5	5

*ministérios com média de meses idênticas foram escolhidos pelas menores medianas

Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil (<http://observatory-elites.org/>), NUSP/UFRP

Justiça é, em quatro governos diferentes (Café Filho, Collor, FHC I e II), o ministério com mais titulares e com as menores médias de permanência. Em termos absolutos, as pastas que apresentaram os maiores níveis de rotatividade – descontados os dados para o governo Jânio, com apenas seis meses de duração – foram a da Justiça e dos Transportes (então Viação e Obras Públicas) no governo de Eurico Dutra, e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, durante o governo Dilma II, em que em pouco tempo de mandato presidencial três petistas ocuparam a pasta durante a crise política enfrentada pela presidente.

Além da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, as pastas de Desenvolvimento Agrário (Sarney e Dilma I), Previdência Social (Lula I), Educação (Jango) e Trabalho (Vargas) constituem as pastas de tipo “social” que apresentaram os níveis mais baixos de estabilidade. As pastas econômicas, por sua vez, foram Transportes (Café Filho), Planejamento (Itamar) e Minas e Energia (Lula I) (Tabela 2).

Na próxima seção, exploraremos de forma menos descritiva a estabilidade ministerial nos dois regimes.

3. A instabilidade dos gabinetes ministeriais no Brasil

3.1. Coeficiente do indicador de instabilidade

Assim como o número de nomeações aumentaram ao longo do tempo, muito devido ao aumento no número de pastas ministeriais, o número de demissões também variou.

Segundo a advertência de Santos,

“é impossível afirmar que um governo é mais ou menos estável do que outro no decorrer das administrações. Para comparar com maior precisão a estabilidade de um governo com outro é preciso compensar a diferença de tempo nos respectivos mandatos constitucionais efetivamente cumpridos” (Santos 1986, pp.118–119).

Seguindo a fórmula do autor, calculamos a duração ministerial assim como o nível de estabilidade de cada governo de acordo com a duração, o número de pastas existentes no período e o número de ministros que entraram em função. Estes dados, assim como os indicadores de estabilidade ministerial comparada estão resumidos na Tabela 3.

Tabela 3. Rotatividade ministerial por presidente (tempo em meses) *

variáveis	1	2	3	4	5	6
presidentes	permanência do presidente	permanência máxima constitucional	N ministros de Estado nomeados	N de ministérios	duração média dos mandatos ministeriais $\{(1*4)/3\}$	estabilidade ministerial comparada $\{5/2\}$
Dutra	60	60	40	15	22,5	0,38
Vargas	42	60	30	16	22,4	0,37
Café	14	14	22	16	10,2	0,73
JK	60	60	43	16	22,3	0,37
Jânio	6	60	18	18	6	0,1
Jango	30	54	60	21	10,5	0,19
Sarney	60	60	75	29	23,2	0,39
Collor	30	48	47	28	17,9	0,37
Itamar	24	24	56	28	12	0,5
FHC I	48	48	52	30	27,7	0,58
FHC II	48	48	60	27	21,6	0,45
Lula I	48	48	68	34	24	0,5
Lula II	48	48	61	36	28,3	0,59
Dilma I	48	48	79	39	23,7	0,49
Dilma II	16	48	55	39	11,3	0,24

*os números diferem dos de Santos, 1986, p.121 porque incluímos nos cálculos todos os ministérios com status ministerial

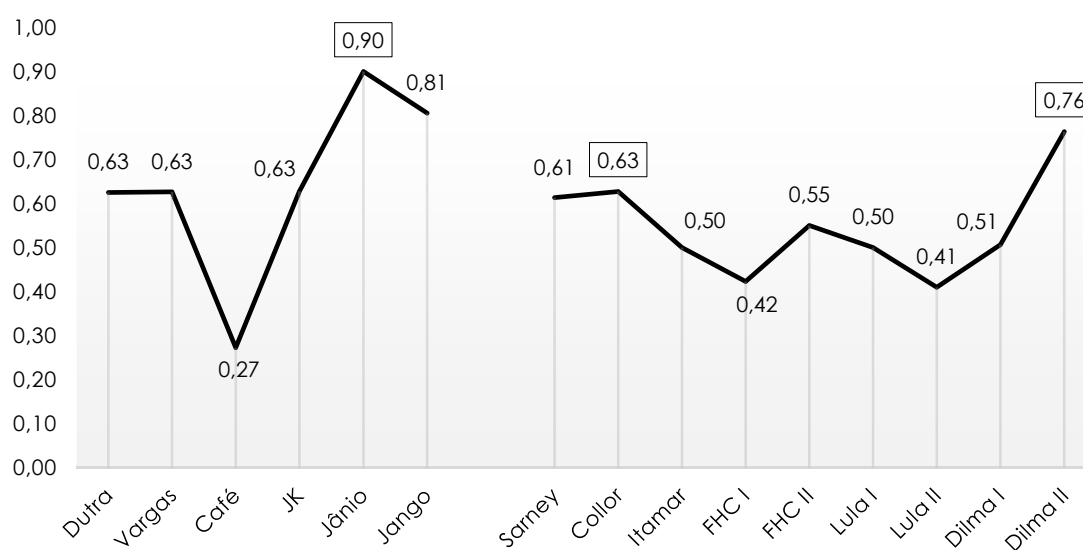
Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil (<http://observatory-elites.org/>), NUSP/UFPR

Mesmo ponderando-se a variação dos tempos respectivos de mandato presidencial, governos interrompidos (Vargas, Jânio, Jango, Collor e Dilma) mantêm baixos índices de estabilidade ministerial. Os sucessores desses governos (Café Filho e Itamar), por sua vez, apesar de menor período de mandato, apresentaram taxas altas de estabilidade (0,73 e 0,5 respectivamente). Nossos dados reforçam o argumento de Santos, segundo o qual a instabilidade ministerial seria uma *proxy* das crises enfrentadas por esses governos.

Depois de Café Filho, os governos com maior nível de estabilidade se concentram na Nova República, sobretudo o segundo governo Lula (0,59) e o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (0,58). Ambos completaram o tempo de permanência máxima constitucional.

Desses indicadores na Tabela 3, podemos extrair o *coeficiente do indicador de instabilidade política* (1-estabilidade ministerial comparada) proposto por Santos em seu estudo sobre a crise do regime de 1946 e que varia de 0 a 1 (Santos 1986, p.122). Quanto maior o valor do coeficiente, maior o nível de instabilidade apresentado pelo governo. Os resultados são apresentados no Gráfico 1, abaixo:

Gráfico 1. Coeficiente do indicador de instabilidade governamental por presidentes



* calculado como (Santos 1986, pp.114-124).

Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil (<http://observatory-elites.org/>), NUSP/UFPR

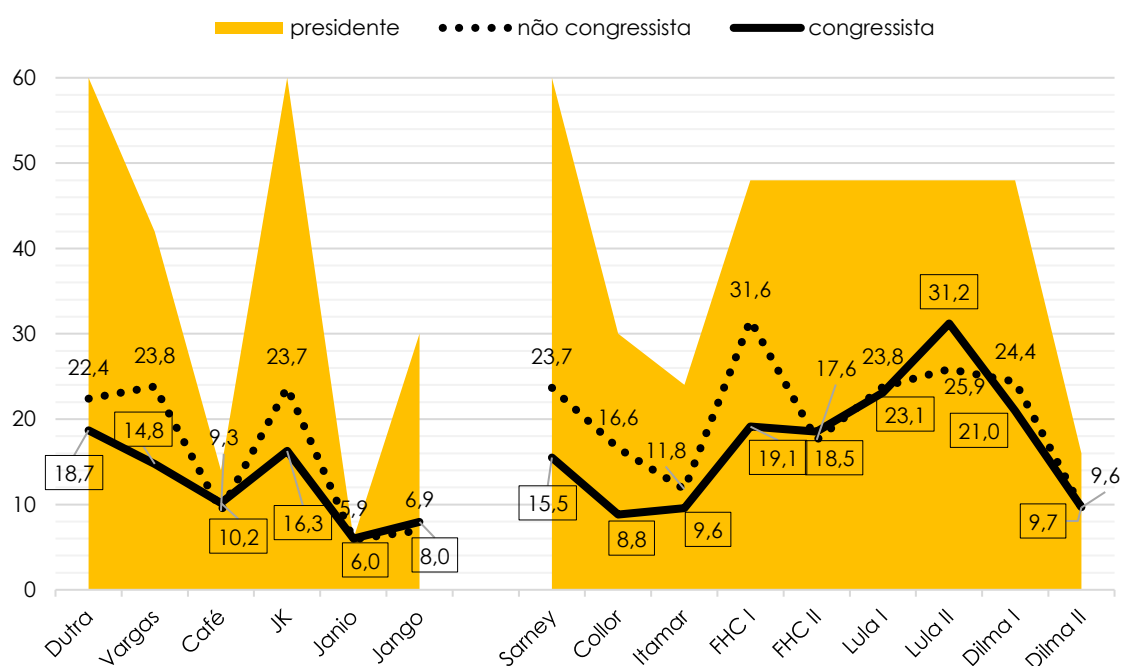
Podemos ver que os três maiores valores do coeficiente coincidem com governos interrompidos em meio ao mandato, seja por renúncia (Jânio), golpe militar (Jango) ou *impeachment* (Dilma II). Comparativamente, o regime de 1946 apresenta o maior coeficiente de instabilidade (mediana de 0,63) se comparado com o regime atual (0,51).

3.2. Governos de políticos e de não políticos

O tempo de permanência ministerial varia de acordo com perfil profissional daquele que foi nomeado (Franz & Codato 2018). Ministros com *experiência política prévia* tenderiam a permanecer no gabinete por menos tempo que *outsiders*.

Apresentamos no Gráfico 2 o tempo de permanência médio dos ministros ao longo do tempo, estratificando os dados por aqueles possuíam carreira legislativa prévia e os que não possuíam. Como o tempo de mandato presidencial (medido em meses) também variou de governo a governo, apesar de ser constitucionalmente fixo em cada Carta, agregamos a informação ao gráfico, o que parece explicar algumas oscilações.

Gráfico 2. Tempo médio de permanência dos ministros “políticos” e “não políticos” comparado com o tempo total de mandato do presidente (em meses)



OBS.: N congressistas = 274; N não congressistas = 492

Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil (<http://observatory-elites.org/>), NUSP/UFRP

Podemos extrair três informações sobre o nível de estabilidade ministerial no Brasil em períodos democráticos.

A primeira é a grande dissimilaridade entre os tempos de incumbência presidencial e ministerial, revelando alto nível de rotatividade no Poder Executivo brasileiro, ao contrário do que apresentam democracias parlamentaristas, onde a maior parte dos ministros recrutados tendem a cumprir integralmente seus mandatos (Huber & Martinez-Gallardo 2008). Aqui, a regra é a saída antecipada do gabinete.

O segundo ponto é que, embora sejam discrepantes, as variações no tempo de mandato presidencial e ministerial parecem andar juntas, com exceções. Isso indicaria como a instabilidade ministerial poderia de fato ser tomada como *proxy* de crises de governo, como já sugerido.

Em terceiro lugar, existem diferenças (em alguns casos muito consideráveis) entre o tempo de permanência médio de ministros oriundo do setor político e os demais. Com a exceção de alguns governos – a mais saliente no segundo mandato de Lula –, a permanência média dos ministros sem experiência prévia em cargos eletivos no Congresso Nacional é maior que a apresentada pelos ministros que já tenham sido ou deputados, ou senadores. Congressistas ficaram, em média, 9 meses a menos do que os não congressistas no governo Vargas, 7,4 meses a menos no governo JK, praticamente 8 em Sarney e Collor e 12 meses a menos em FHC II (Gráfico 2). Parcela disso pode ser explicada pelo licenciamento dos cargos daqueles que desejavam se candidatar nas próximas eleições (Franz 2017). Mesmo assim, chama a atenção como a nomeação ministerial de políticos, mecanismo central para o funcionamento de governos de coalizão, tenha efeitos, à primeira vista, disfuncionais para o nível de estabilidade dos governos.

Mas que fatores poderiam estar correlacionados com os altos índices de instabilidade demonstrados acima? Tentaremos a seguir avaliar a sobrevivência e a rotatividade ministerial a partir de fatores relativos ao perfil dos ministros de Estado, assim como a fatores referentes à coalizão, aspecto central para a organização e o funcionamento dos governos no presidencialismo multipartidário brasileiro.

4. Grau de politização e risco de saída do gabinete

A partir das medianas apresentadas pela taxa de politização em cada regime, foram considerados com *grau de politização alto* (acima ou igual à mediana), para o primeiro período democrático, os governos Café Filho, Jânio e Jango. Para o segundo período, os governos de Sarney, FHC II, Lula I, Dilma I e Dilma II (Tabela 4).

É perceptível o aumento na taxa de politização dos gabinetes do primeiro para o segundo regime democrático.

Podemos identificar as maiores quebras de tendência nos governos Collor, Itamar e Lula II, nos quais a presença de ex-parlamentares é significativamente menor que nos governos de seus antecessores. Nas demais mudanças de governo, a taxa de politização é predominantemente ascendente ou estável.

Tabela 4. Taxa de politização dos governos (N de congressistas/N total de ministros)

presidentes	N congressistas	N total ministros	taxa de politização
Dutra	10	40	0,250
Vargas	8	30	0,267
Café	6	22	0,273
JK	11	43	0,256
Jânio	6	18	0,333
Jango	24	60	0,400
mediana			0,270
Sarney	30	75	0,400
Collor	12	47	0,255
Itamar	12	56	0,214
FHC I	17	52	0,327
FHC II	21	60	0,350
Lula I	31	68	0,456
Lula II	19	61	0,311
Dilma I	40	79	0,506
Dilma II	27	55	0,491
mediana			0,350

Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil (<http://observatory-elites.org/>), NUSP/UFPR

Testamos a seguir a relação entre o grau de politização dos governos, a partir das taxas apresentadas na Tabela 4, com a taxa de risco de saída dos ministros do gabinete.

A finalidade da aplicação do teste de risco (*Hazard Ratio*) através do estimador de Kaplan-Meier é calcular a chance de ocorrência acumulativa dos ministros sofrerem o evento de interesse (saída do governo) em gabinetes mais politizados em comparação com gabinetes menos politizados em um intervalo de tempo t . O modelo de Kaplan-Meier baseia-se na estimativa de probabilidades condicionais em cada momento em que ocorre o evento de interesse e no limite do produto dessas probabilidades para estimar a taxa de risco em cada ponto no tempo⁵. Classificamos como “saída da pasta ministerial” todos os ministros que deixaram o gabinete para o qual foram nomeados antes do fim do mandato do presidente da República. O tempo inicial do estudo é a data de entrada na função. O tempo de falha é a saída do gabinete. Censuramos os casos em que os ministros saíram: *i*) juntamente com o presidente (foram até o fim do governo), *ii*) por motivos de saúde ou *iii*) para se candidatarem nas eleições seguintes. *Hazard Ratio* é o risco instantâneo em um tempo específico até o evento de saída do gabinete, de acordo com o perfil do gabinete, sendo o seguinte o cálculo:

$$\lambda(t) = \int_0^t \lambda(u) d(u)$$

⁵ Ver (Botelho et al. 2009; Bustamante-Teixeira et al. 2002). Para uma aplicação, (Olivares et al. 2015).

Essa fórmula representa a acumulação do risco ao longo do tempo, onde $\lambda(t)$ é uma distribuição de probabilidade da variável ‘tempo de permanência do ministro’ que expressa a probabilidade da saída do gabinete num período de tempo. O cálculo diferencial é a integral de 0 até t , onde $\int_0^t =$ a variante entre 0 e o tempo até o evento. E λ de u em relação a d de u , representam a distribuição probabilística normalizada e contínua, medindo o risco instantâneo em dado tempo (Bradburn et al. 2003).

Na Tabela 5, apresentamos o número de casos presentes em ambos os tipos de gabinete, o número de saídas ministeriais, assim com o número de casos censurados para o teste de risco em cada regime.

Tabela 5. Grau de politização dos governos por regime político e N casos testados

regime político	N total	N de eventos (saídas)	Censurado		
			N	Porcentagem	
regime de 1946	menos politizado	113	51	62	54,9%
	mais politizado	100	40	60	60,0%
	Geral	213	91	121	57,3%
regime de 1988	menos politizado	216	94	122	56,5%
	mais politizado	337	193	144	42,7%
	Geral	553	287	266	48,1%

Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil (<http://observatory-elites.org/>), NUSP/UFPR

A partir dos dados mencionados realizamos um teste de risco de sobrevivência com o intuito de responder à seguinte questão: *há um padrão diferente de risco de saída do ministério conforme o perfil dos governos – mais politizado ou menos politizado – em cada regime político?* A proposta é identificar se um perfil é mais instável que outro.

Gabinetes mais politizados tendem a acumular maiores chances de os ministros deixarem a pasta ministerial do que gabinetes menos politizados. A presença de ministros políticos aumenta a instabilidade do gabinete (Franz & Codato 2018).

Nas Figuras 1 e 2, a função de risco de saída do gabinete é representada pelas curvas do Estimador Kaplan-Meier caracterizada como uma função escada com degraus nos tempos observados de ocorrência do evento de interesse (“saída do ministro”). Degraus nessa escada representam a ocorrência do evento e o tamanho do degrau é proporcional ao número de eventos ocorridos no tempo t , definido aqui como o número de meses de permanência do titular da pasta ministerial no governo.

Os testes de igualdade de distribuições de sobrevivência para os diferentes níveis de grau de politização do gabinete por regime político foram quase todos significativos para diferentes pontos do tempo. Os valores de *Log Rank*, que dão peso maior ao início e ao meio do segmento, mostram que existe diferença entre os grupos nos dois casos (Fig. 1 e Fig. 2); *Breslow* dá peso maior para o início do segmento e indica que existe diferença entre os grupos no regime da Constituição de 1946, ainda que para o regime da Constituição de 1988 não

tenha sido grande ($<0,008$); e *Tarone-Ware*, que dá maior peso para o final do segmento indica que existe diferença significativa entre os grupos em ambos os regimes.

Figura 1. Função de risco Kaplan-Meier para demissões ministeriais conforme o grau de politização do governo, 1946-1964

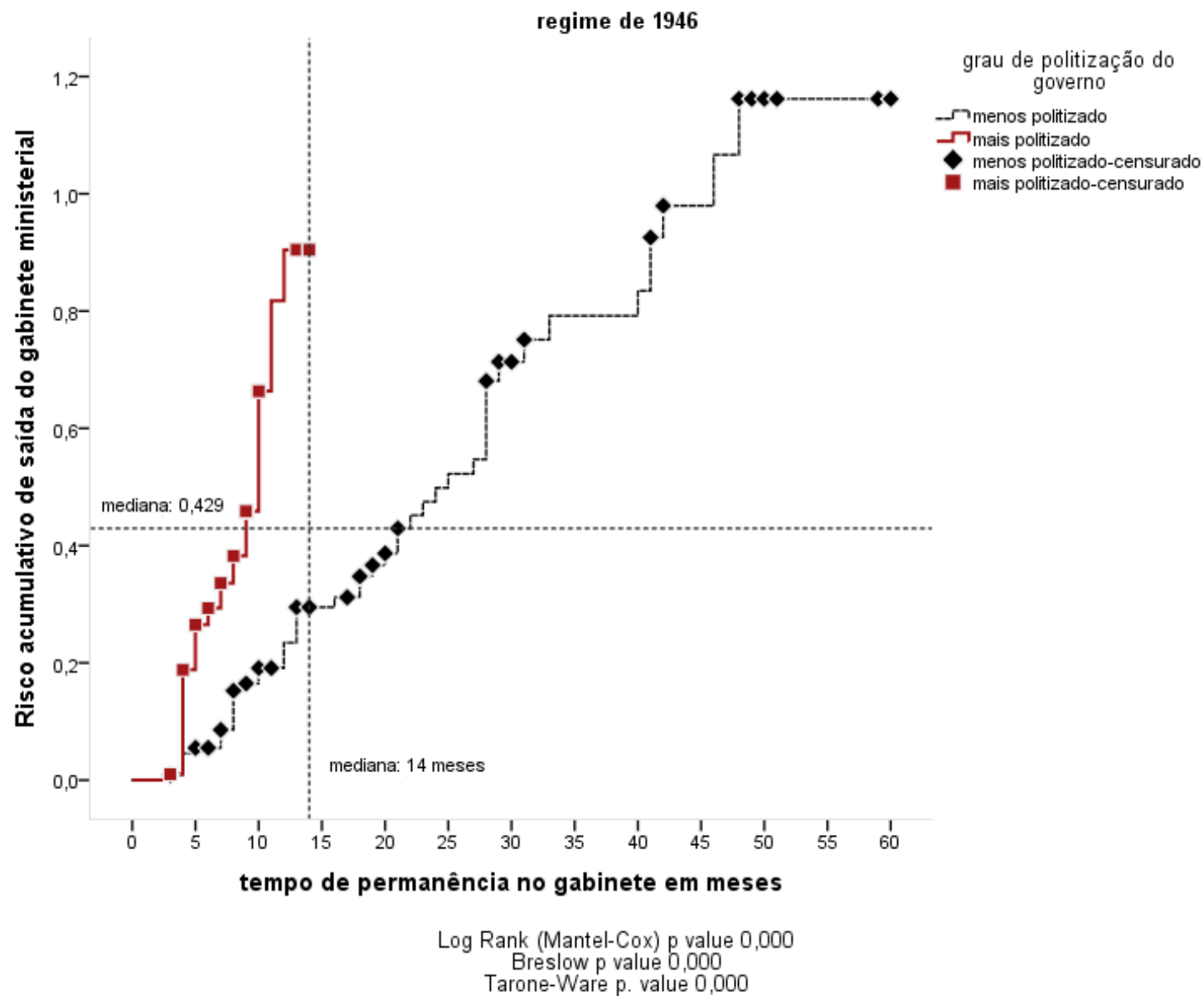
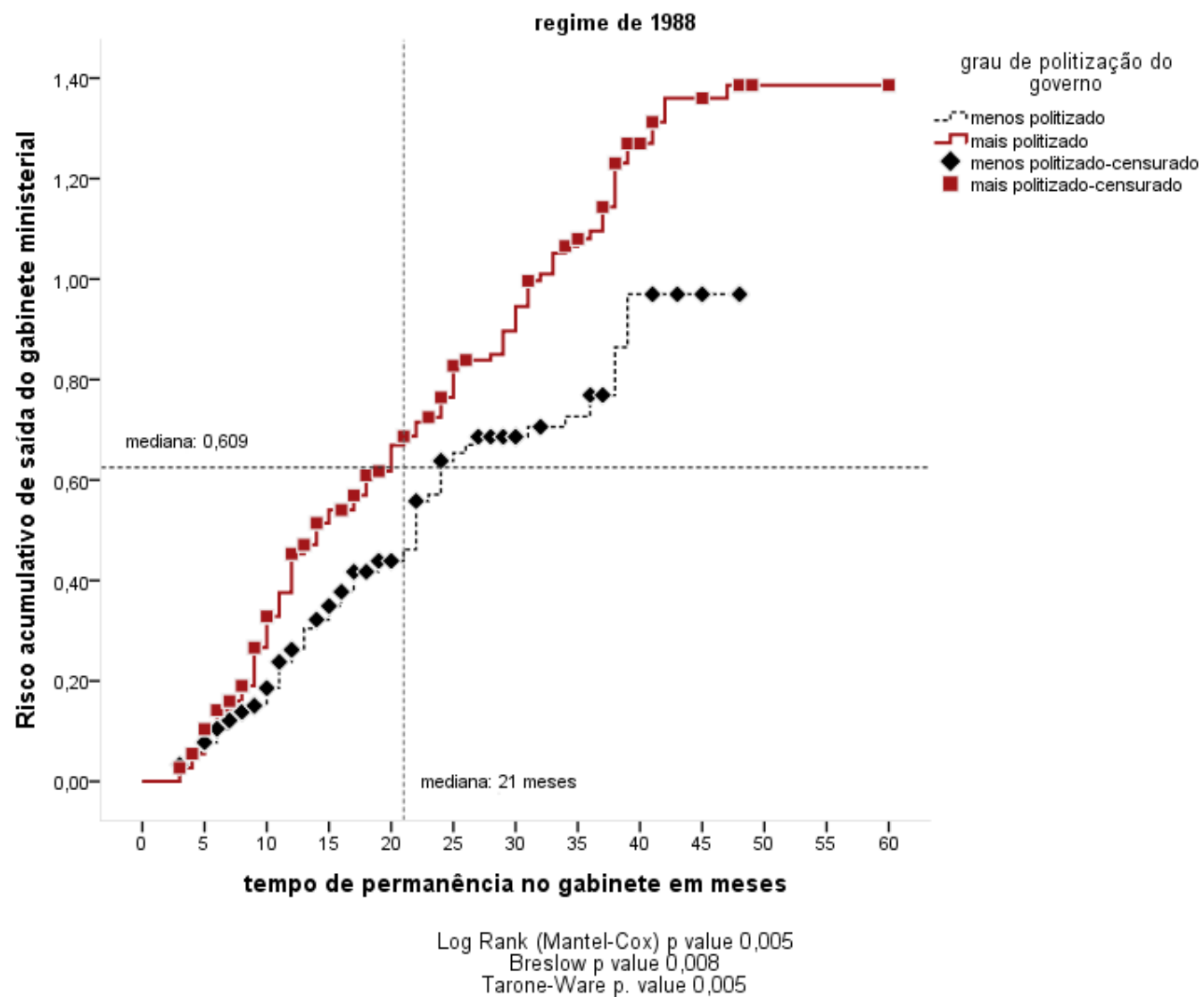


Figura 2. Função de risco Kaplan-Meier para demissões ministeriais conforme o grau de politização do governo, 1985-2016



Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil (<http://observatory-elites.org/>), NUSP/UFPR

Se observada apenas a Figura 1, é possível notar que no regime de 1946 a mediana de sobrevivência é equivalente a 14 meses, o que significa que gabinetes mais politizados não apenas acumulam maior risco, como também sobrevivem menos que os gabinetes pouco politizados, isto é, gabinetes com maior presença de ex-congressistas sobrevivem uma máxima de 14 meses, enquanto que gabinetes com menor presença de ex-congressistas sobrevivem até cerca de 58 meses, propendendo a ter maior chance de se manter até o final do mandato presidencial. Além do mais, a curva evidencia que a partir dos 42 meses de governo há um crescimento elevado no risco acumulativo de saída dos gabinetes menos politizados. Ao que parece, a frequência de saídas triplica no terceiro ano do mandato presidencial. Lembrando que ministros que saíram para concorrer à eleição são assumidos no teste como casos censurados, o dado revela que ministros que não trafegaram pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, mesmo que não concorram às eleições, também tendem a deixar o gabinete nesse momento. Os presidentes, ao final de seus mandatos, têm de lidar com uma instabilidade crescente.

Na Figura 2, há algumas características divergentes, tal como a durabilidade dos gabinetes mais politizados. No primeiro regime vimos que nesses gabinetes os ministros têm maior risco de saída, e, além disso, sobrevivem menos que gabinetes com poucos políticos. Na democracia de 1988, esse dado se modifica e os gabinetes politizados duram mais, semelhantemente a curva dos pouco politizados. A mediana de meses também se altera para 21 meses e a mediana do risco acumulativo aumenta nesse regime porque a distância da proporção de risco entre os grupos diminui.

Comparando as duas figuras, pode-se dizer que mesmo que haja um risco elevado para ministros “políticos”, eles permanecem mais no Regime de 1988 (curva vermelha na Figura 2) do que no Regime de 1946: os políticos saem cedo (curva vermelha da Figura 1) e são trocados por não políticos.

Para melhor compreensão do significado das curvas de risco, realizamos uma análise multivariada.

5. Risco de sobrevivência e covariáveis associadas

O modelo de regressão de riscos proporcionais de Cox tem como função identificar o efeito de covariáveis associadas a uma taxa de risco, demonstrando, estatisticamente, quais fatores estão mais ou menos correlacionados ao tempo de saída dos agentes da coalizão. As perguntas centrais aqui são: quais variáveis influem sobre o tempo até o evento de interesse acontecer? Ou que fatores fazem com que o tempo até o evento seja maior ou menor?

Kaplan-Meier (Figuras 1 e 2) mostrou as curvas que representam o *momento* em que os diferentes tipos de ministros tendem a sair do gabinete. As covariáveis do nosso modelo, explicado em detalhes no Quadro 1, testam que *fatores* mais contribuiriam, teoricamente, para a rotatividade ministerial.

Quadro 1. Covariáveis utilizadas na regressão de Cox

covariáveis	o que mede	como mede	referência	pressuposto
pessoais				
1. expertise ministerial ("portfolio experience") ^a	se já serviu no gabinete ministerial e quantas vezes serviu	variável intervalar: medida a partir da segunda nomeação ministerial: a cada nomeação é acrescido 0,25 ao "capital ministerial", que varia de 0 (uma nomeação) a 1 (quatro ou mais)	(Huber & Martinez-Gallardo 2004)	Huber & Martinez-Gallardo (2004) definem 'portfolio experience' como "any change that occurs in the name of an individual controlling a specific portfolio" (p. 32) e seguem Dogan (1989) nesse particular valorizando como positivo e contribuindo para a estabilidade do gabinete o fato de haver um núcleo de poder que mantém o 'core' do governo.
2. primeiro gabinete ^a	primeira escolha do presidente da República; primeira indicação dos partidos aliados	variável categórica: se o ministro foi nomeado no momento em que o Presidente toma posse ou durante o primeiro mês de governo ou depois disso (0 = não; 1 = sim)	(Camerlo & Pérez-Liñán 2015; Browne et al. 1986)	"These ministers were appointed as the president's first choice and may therefore receive differential treatment when compared to others appointed later in the term" (Camerlo & Pérez-Liñán 2015).
partidárias				
3. número de partidos no gabinete ^b	número de partidos nos diferentes gabinetes dos presidentes	variável contínua: contagem do número de partidos em cada gabinete no momento da saída do ministro do governo	(Warwick 1979; Browne et al. 1986)	"Government stability is negatively correlated with the number of parties in the government" (Taylor & Herman 1971, p.31).
4. mudança na composição partidária dos gabinetes ^a	qualquer alteração (saídas ou entradas) no número de partidos que integram o gabinete ministerial	variável contínua: diferença aritmética no número de partidos em relação ao gabinete anterior	Adaptado de (Lijphart 1984)	Alterações muito expressivas na coalizão diminuem o tempo médio de duração de um gabinete. Adaptamos para 'diminuemo tempo médio da vida do ministro' no governo.
5. número efetivo de partidos parlamentares ^c	a dispersão (ou concentração) de forças políticas no Legislativo e o número de partidos que o presidente precisa levar em consideração para formar o gabinete	variável contínua: a partir da fórmula de (Laakso & Taagepera 1979) (por legislatura (1946-1964) e por ano (1985-2016) no momento da saída do gabinete (dados para a Câmara dos Deputados (CD))	(Huber & Martinez-Gallardo 2008)	Um NEpp alto dificulta a formação de maiorias e coalizões governamentais estáveis em função da pressão que os muitos partidos aliados podem exercer para controlar uma pasta ministerial.
6. índice de coalescência ministerial ^d	A taxa de recompensas ministeriais (portfolios) em relação a porcentagem de cadeiras ("pesos legislativos") controladas pelos partidos aliados na CD	variável contínua: índice medido por gabinete no momento da saída do ministro	(Amorim Neto 2000)	Quanto maior a proporcionalidade entre ministérios que um dado partido recebe e seu peso legislativo diante dos demais partidos da coalizão, mais estável será o gabinete/governo.
conjunturais (políticas)				
7. idade da democracia ^a	anos decorridos desde o início dos regimes políticos (1946 e 1985) até o momento da saída do ministro do gabinete	variável contínua: contagem	(Schleiter & Morgan-Jones 2009)	"It is possible that governments face generally raised early termination hazards in the early years of democratic rule because actors may probe the limits of their constitutional powers and the rules of coalition bargaining may still be evolving. However, over time, as the constitution acquires a clearer interpretation and coalition bargaining procedures are agreed, the durability of governments may increase" (Schleiter & Morgan-Jones 2009)

8. ciclo eleitoral ^a	distância em anos para a próxima eleição presidencial contados a partir da data de demissão	variável contínua: o índice adquire o valor 0 no primeiro ano do mandato presidencial e aumenta até adquirir o valor 1 no último ano (não foram contabilizadas as demissões de Vargas, Jânio, Jango, Collor e Dilma II, pois os governos terminaram antes do prazo)	(Altman 2000)	"At the end of the presidency, fractions are mainly concerned with electoral gains, causing them to behave mainly as vote-seeking actors. This variable is key because it will provide the information needed in order to confirm (or reject) the presence of governing cycles in multi-party presidential regimes" (Altman 2000).
9. eleição presidencial ^a	se saiu do gabinete no ano da eleição presidencial	variável categórica: só foram considerados os ministros que saíram em 1955, 1960, 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014 (0 = não; 1 = sim)		O calendário político influi diretamente da dinâmica de reordenação dos gabinetes
10. presidente não eleito diretamente ^a	se o presidente foi ou não indicado por sufrágio popular	variável categórica (0 = não; 1 = sim)	(Martínez-Gallardo 2014)	"Non-elected presidents [...] is associated with greater instability" (Martínez-Gallardo 2014).
conjunturais (econômicas)				
11. log inflação ^e	log (10) da taxa de inflação do ano IGP-DI	variável contínua: foram computados os dados do ano anterior à saída do ministro	(Abranches 2014; Silva 2017)	Em um contexto de crescimento econômico baixo, alta da inflação de preços e queda da renda real, diminui a "capacidade de atração suficiente [da presidência] para evitar a dispersão de facções dos maiores parceiros da coalizão – às vezes até mesmo do partido presidencial" (Abranches 2014, p.3). Em resumo: quanto maior a inflação, menor a estabilidade do gabinete
12. variação PIB ^f	taxa de variação do PIB em relação ao ano anterior	variável contínua: foram computados os dados do ano anterior à saída do ministro para verificar o impacto sobre a reordenação do gabinete no ano da saída do ministro	(Silva 2017)	Quanto menor o PIB, indicador básico de "crescimento econômico", maior a estabilidade do gabinete (Silva 2017, p.51)

Fontes:

a. dados compilados por Observatory of social and political elites of Brazil

b. **número de partidos no gabinete:** diversas fontes; dados de partidos para Lula II 4 e Dilma II 1 e 2, (Pereira 2017, p.63 Tabela 4).

c. **número efetivo de partidos parlamentares:** 1946-1950: (Amorim Neto 1994, p.19 Quadro 3); 1951-1964: (Nicolau 2004, p.99 Tabela 7); 1985-1996; 2001-2010; 2013-2015: (Arantes 2018); 1997-1999: (Amorim Neto 2000 Tabela 3); 2011: (Gallagher 2015); 2016: (Pereira et al. 2016).

d. **índice de coalescência ministerial:** Gabinetes: Dutra 1 a 4, Vargas 1 e 2: Amorim Neto apud (Vassellai 2009); Café Filho 1 e 2 e Jango 1 a 7: (Figueiredo 2007); Sarney 1-3, Collor 1-4; Itamar 1-5; FHC I 1 e 2; FHC II 1-4; Lula I 1-6: (Amorim Neto 2007); Lula II 1-3: (Inácio & Rezende 2015); Lula II 4: (Pereira 2017); Dilma I 1-4: (Garcia 2017); Dilma II 1: (Cardozo & Pratti 2016); Dilma II 2: (Pereira 2017).

e. **inflação:** IGP-DI - (% a.a.) - Fundação Getúlio Vargas, Conjuntura Econômica - IGP (FGV/Conj. Econ. - IGP). <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>

f. **PIB:** Fundação Getúlio Vargas - Centro de Contas Nacionais - diversas publicações, período 1947 a 1989; IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais; os demais resultados de 1996 a 2016 foram atualizados a partir das Contas Nacionais Trimestrais de 07/03/2017.

Testaremos a rotatividade ministerial no Brasil nos últimos dois períodos democráticos a partir de um modelo de 12 variáveis, agregadas em quatro conjuntos:

- i) *variáveis pessoais* são fatores de natureza individual. A partir delas avaliaremos o impacto de variáveis relativas ao prestígio político e profissional dos ministros sobre a sua chance de demissão do gabinete. Nesse sentido, as duas variáveis a serem testadas são *expertise ministerial*, onde avaliamos o fato de o ministro já ter ocupado alguma posição de primeiro escalão do governo federal sobre a suas chances de demissão, e *primeiro gabinete*, que avalia o fato de o ministro ter sido recrutado na primeira nomeação do presidente. Nossa expectativa, a partir da literatura, é de que os dois fatores são indicadores de prestígio político e pessoal dos ministros e, dessa forma, contribuem para a estabilidade do gabinete, diminuindo os níveis de rotatividade ministerial.
- ii) *variáveis partidárias* são variáveis relativas às características do sistema partidário. Deste, avaliaremos o nível de rotatividade dos gabinetes a partir de quatro *proxys*: *número de partidos no gabinete*, *mudança na composição partidária do gabinete*, e *número efetivo de partidos*. Sobre esses fatores, nossa hipótese é de que o menor valor dessas variáveis diminui o nível estabilidade do gabinete. Um último fator de natureza partidária no modelo proposto é a *taxa de coalescência*, ou proporcionalidade das forças partidárias da Câmara dos Deputados em cada gabinete no momento de demissão do ministro. Diferente das demais, nossa expectativa é de que o maior nível de proporcionalidade aumente a estabilidade do gabinete.
- iii) *variáveis políticas* são fatores conjunturais que dizem respeito à distância no tempo entre a demissão do ministro e o início do regime político vigente (*idade da democracia*), e entre as próximas eleições e a demissão do ministro (*ciclo eleitoral*, isto é, anos restantes para a próxima eleição, e *eleição presidencial*, se a saída coincide com o ano eleição presidencial ou não). Nossa hipótese é de que a proximidade com as eleições impacta negativamente a estabilidade ministerial. Recorde-se que não classificamos como demissão aqueles ministros que se candidataram até um ano após a sua saída do gabinete. Dessa forma, estamos calculando o impacto das eleições sobre a estabilidade do gabinete sem contar com aqueles que saíram explicitamente por pretensões eleitorais. Ainda de natureza política, avaliamos o fato de se o presidente ter sido eleito diretamente tem impacto sobre o nível de estabilidade ministerial.
- iv) *variáveis econômicas* são indicadores de desempenho econômico ao longo do tempo. Avaliamos o nível de rotatividade do poder Executivo à luz das variações de *pib* e *inflação* no momento de demissão do ministro. Nossa suposição é que os esses dois fatores tenham impactos diferentes sobre a rotatividade ministerial. Esperamos que *pib* tenha impacto positivo para a estabilidade ministerial e *inflação* tenha impacto negativo.

O Quadro 2 resume o sentido do impacto esperado das variáveis sobre o nível de rotatividade ministerial.

Quadro 2. Variável dependente: tempo de permanência no gabinete

covariáveis	direção esperada para a instabilidade
expertise ministerial	-
primeiro gabinete	-
número de partidos no gabinete	+
composição partidária dos gabinetes	+
número efetivo de partidos	+
taxa de coalescência	-
idade da democracia	-
ciclo eleitoral	+
eleição presidencial	+
presidente não eleito	+
variação do PIB	-
log inflação	+

Fonte: os autores

No modelo de Cox, o coeficiente de regressão (B) para cada covariável, o erro padrão de B (SE), o seu valor de significância de teste de Wald, os graus de liberdade (df), e o valor de significância do coeficiente (Exp(B)) ou a *Hazard Risk* devem ser interpretados como na regressão logística. Se o Sig. for > 0,05, o efeito da covariável não pode ser considerado como diferente de zero. Se for menor, a variável é então útil para o modelo explicativo. Coeficientes de regressão positivos significam que o risco de demissão aumenta naquela covariável, enquanto coeficientes negativos correspondem à redução do risco. Casos censurados não são usados no cálculo do coeficiente de regressão (pois ‘não sofreram o evento’, que é a saída do gabinete).

A equação é a seguinte:

$$\lambda(t|X_i) = \lambda_0(t) \exp(\beta_1 X_{i1} + \dots + \beta_p X_{ip}) = \lambda_0(t) \exp(X_i \cdot \beta)$$

Onde: t = tempo associado ao risco (de sair) ou à “falha”; X_j = o evento de interesse; $\lambda_0(t)$ = constante indexada ao tempo; $\beta_1, \dots, \beta_p$ = os coeficientes que medem o impacto das covariáveis; e X_{i1}, X_{i2}, X_{ip} = as covariáveis; ‘t’ em $\lambda(t)$ indica que o risco varia ao longo do intervalo de tempo.

Pela Tabela 7, seis covariáveis não apresentaram correlação estatística com a rotatividade de ministros no gabinete brasileiro ao longo da República de 1946. São eles: expertise ministerial, idade da democracia, ciclo eleitoral, presidente não eleito, variação anual do PIB e inflação. Todos esses aspectos parecem não ter impacto na sobrevivência dos atores nos ministérios.

Tabela 6. Modelo de regressão multivariada de Cox para risco de saída do gabinete ministerial no regime da Constituição de 1946. Bloco 1: Método = Forward Stepwise (Razão de verossimilhança)

Etapa 8 (apenas variáveis com $p > 0,005$)

covariáveis	B	SE	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% CI para Exp(B)	
							Inferior	Superior
pessoais								
primeiro gabinete*	-1,317	,284	21,453	1	,000	,268	,153	,468
partidárias								
número de partidos no gabinete	-1,305	,343	14,488	1	,000	,271	,138	,531
composição partidária dos gabinetes	1,390	,220	39,961	1	,000	4,015	2,609	6,178
número efetivo de partidos	1,288	,226	32,469	1	,000	3,625	2,328	5,645
taxa de coalescência	-,325	,123	6,978	1	,008	,723	,568	,920
políticas								
eleição presidencial*	-,927	,293	10,053	1	,002	,396	,223	,702

*variável categórica

OBS.: sofreram o evento = 91 (42,7%); censurados = 122 (57,3%); Total = 213 (100,0%);

para as médias de covariáveis, ver Tabela 2.5-A. Médias de covariável (p. 34);

para o teste completo, ver Tabela 2.6-A do Anexo (p. 35).

Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil (<http://observatory-elites.org/>), NUSP/UFPR

Em relação às covariáveis políticas, gabinetes montados por presidentes eleitos apresentam taxas de rotatividade semelhantes aos gabinetes formados por presidentes não eleitos – no caso, os vices dos presidentes que saíram por *impeachment* (Collor substituído por Itamar), renúncia (Jânio Quadros substituído por João Goulart), ou morte (Vargas e Neves substituídos por Café Filho e Sarney).

Conforme nossos dados, crises de estabilidade e rotatividade nos ministérios pouco se explica por variáveis econômicas no regime de 1946. Mas também variáveis de natureza política conjuntural, não apresentaram maior correlação com a instabilidade dos Executivos. O aumento no número efetivo de partidos na Câmara assim como a mudança na composição partidária dos gabinetes ministeriais foram os fatores que mostraram maior correlação com a instabilidade ministerial ao longo da república populista. Ao mesmo tempo, a Tabela 6 indica que o maior respeito do presidente da República à proporcionalidade dos partidos da Câmara (*taxa de coalescência*) diminuiu muito os riscos de *turnover* ministerial ao longo do período. A variável *idade da democracia* não mostrou que a instabilidade ministerial diminuiu com o passar do tempo, o que não corroborou nossa hipótese que vincula consolidação democrática com maiores índices de estabilidade.

Para mantermos nossa análise comparativa, analisamos as mesmas covariáveis para o último período democrático (Tabela 7).

Tabela 7. Modelo de regressão multivariada de Cox para risco de saída do gabinete ministerial no regime da Constituição de 1988. Bloco 1: Método = Forward Stepwise (Razão de verossimilhança)

Etapa 7 (apenas variáveis com $p > 0,005$)

covariáveis	B	SE	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% CI para Exp(B)	
							Inferior	Superior
pessoais								
primeiro gabinete*	-,345	,131	6,932	1	,008	,708	,547	,915
partidárias								
número de partidos no gabinete	,238	,060	15,463	1	,000	1,268	1,127	1,428
número efetivo de partidos	,573	,154	13,952	1	,000	1,774	1,313	2,397
taxa de coalescência	,611	,101	36,877	1	,000	1,843	1,513	2,244
políticas								
idade da democracia	-,098	,020	25,025	1	,000	,907	,872	,942
ciclo eleitoral	,917	,146	39,446	1	,000	2,501	1,879	3,329
econômicas								
log inflação	,525	,131	15,949	1	,000	1,691	1,307	2,188

*variável categórica

OBS.: sofreram o evento = 287 (51,9%); censurados = 266 (48,1%); Total = 553 (100,0%)

para as médias de covariáveis, ver Tabela 2.5-A. Médias de covariável (p. 34);

para o teste completo, ver Tabela 2.7-A do Anexo (p. 36).

Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil (<http://observatory-elites.org/>), NUSP/UFPR

Pelas Tabelas 6 e 7, as variáveis que não apresentaram significância com a estabilidade ministerial em ambos os regimes foram *expertise ministerial*, *eleição presidencial*, *presidente não eleito* e *variação anual do PIB*. As demais foram significativas em ao menos um regime.

Os únicos fatores que apresentaram correlação no mesmo sentido em ambos os regimes foram *primeiro gabinete* e *número efetivo de partidos*. Ou seja, ministros que estrearam mandatos presidenciais tiveram menos riscos de demissão em ambos os regimes, assim como os gabinetes formados em período com menor número de partidos efetivos na Câmara.

Número de partidos no gabinete, que já havia apresentado correlação ao longo do regime de 1946, indicou correlação positiva com risco de demissão, o que significa que quanto maior o número de legendas aliadas no poder Executivo, maior a instabilidade apresentada nos governos. Ao contrário do que parece ter ocorrido com a *taxa de coalescência*, fato que anteriormente se correlacionava com menos chances de demissão, na Tabela 7 se mostra como indicativo de instabilidade ministerial. Ao que tudo indica, apesar de ser um fator central nas análises de coalizão no presidencialismo brasileiro, a proporcionalidade dos partidos da Câmara nos ministérios não parece coincidir com períodos de maior estabilidade no poder Executivo ao longo da Nova República.

Em anos de *eleição presidencial* não há maior ou menor concentração de casos de demissão ministerial, embora o *ciclo eleitoral* seja um fator que pesa sobre a quantidade de exonerações. Dito de outra forma, há menos demissões no início do mandato presidencial,

o que não significa que haja uma concentração de casos no último ano de mandato do presidente.

Por último, a variável *inflação*, que antes não havia apresentado qualquer impacto sobre as demissões ministeriais ao longo da república de 1946, agora mostrou relação, ainda que tímida, sobre o nível de estabilidade ministerial desde o governo Sarney. Segundo os números da Tabela 7, *inflação* apresentou significância e maior intensidade sobre as chances de saída ministerial, possivelmente graças ao período de hiperinflacionário e de intensa rotatividade durante os governos Sarney, Collor e Itamar.

Conclusões

Gabinetes mais politizados apresentaram taxas mais altas de risco de demissão ministerial (K-M). Isso indicaria que a formação de coalizões, através da maior assimilação de políticos dentro dos governos, não assegurou maior estabilidade política.

É preciso mencionar alguns limites do método/modelo/abordagem:

- a) A apresentação da função de risco (de sair do gabinete) através do método de estimativa de Kaplan-Meier é essencialmente descritiva;
- b) O método de regressão de Cox pressupõe que a influência das covariáveis sobre o risco é proporcional e constante ao longo do tempo;
- c) O modelo de análise é pouco parcimonioso, com muitas covariáveis preditoras;
- d) Opção por uma periodização muito ampla, baseada em dois regimes políticos (“1946”; “1988”) internamente muito heterogêneos.

Algumas vantagens (potenciais) da nossa abordagem:

- a) Permite um cálculo mais preciso da instabilidade governamental no Brasil ao longo do tempo;
- b) Permite avaliar a influência de uma série de covariáveis presentes na literatura sobre dissolução de gabinetes (comparativismo);
- c) Permite um contraste entre dois regimes democráticos a partir de uma periodização política mais global do que a periodização tradicional por gabinetes;
- d) Permite discutir, sob nova perspectiva, a conexão entre coalescência ministerial e estabilidade política.

Referências

- Abranches, S., 2014. Os ciclos do presidencialismo de coalizão. *Ecopolítica Ensaio*, pp.1–8.
- Acosta, A.M. & Polga-Hecimovich, J., 2011. Coalition Erosion and Presidential Instability in Ecuador. *Latin American Politics and Society*, 53(2), pp.87–111.
- Altman, D., 2000. The Politics of Coalition Formation and Survival in Multiparty Presidential Democracies: The Case of Uruguay, 1989-1999. *Party Politics*, 6(3),

pp.259–283.

- Amorim Neto, O., 2007. Algumas consequências políticas de Lula: novos padrões de formação e recrutamento ministerial, controle de agenda e produção legislativa. In J. Nicolau & T. J. Power, eds. *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, pp. 55–73.
- Amorim Neto, O., 1994. Formação de gabinetes presidenciais no Brasil: coalizão versus cooptação. *Nova Economia*, 4(1), pp.9–34.
- Amorim Neto, O., 2000. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. *Dados*, 43(3), pp.479–519.
- Amorim Neto, O., 2006. The Presidential Calculus: Executive Policy Making and Cabinet Formation in the Americas. *Comparative Political Studies*, 39(4), pp.415–440.
- Arantes, R., 2018. Número efetivo de partidos. *Facebook*. Available at: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10211712040143707&set=a.2530387746208.2111875.1448936945&type=3&theater> [Accessed June 19, 2018].
- Batista, M., 2013. O poder no Executivo: uma análise do papel da Presidência e dos Ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010). *Opinião Pública*, 19(2), pp.449–473.
- Botelho, F., Silva, C. & Cruz, F., 2009. Epidemiologia explicada—análise de sobrevivência. *Acta Urológica*, 26(4), pp.33–38.
- Bradburn, M.J. et al., 2003. Survival Analysis Part II: Multivariate data analysis – an introduction to concepts and methods. *British Journal of Cancer*, 89(3), pp.431–436.
- Browne, E.C., Frendreis, J.P. & Gleiber, D.W., 1986. The Process of Cabinet Dissolution: An Exponential Model of Duration and Stability in Western Democracies. *American Journal of Political Science*, 30(3), pp.628–650.
- Bustamante-Teixeira, M.T., Faerstein, E. & Latorre, M. do R., 2002. Técnicas de análise de sobrevida. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(3), pp.579–594.
- Camerlo, M. & Pérez-Liñán, A., 2015. Minister Turnover, Critical Events, and the Electoral Calendar in Presidential Democracies. *The Journal of Politics*, 77(3), pp.608–619.
- Cardozo, H.A.B. & Pratti, L.P., 2016. Perfil e trajetória política da elite ministerial brasileira de 1995 a 2015. In Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP, ed. *10o. Encontro da ABCP*. Belo Horizonte - MG, Brasil: ABCP, pp. 1–24.
- Chaisty, P., Cheeseman, N. & Power, T., 2014. Rethinking the “presidentialism debate”: Conceptualizing coalitional politics in cross-regional perspective. *Democratization*, 21(1), pp.72–94.
- Codato, A. et al., 2018. A instabilidade da “equipe econômica” do governo brasileiro. In R. Pires, G. Lotta, & V. E. de Oliveira, eds. *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: IPEA/Enap, pp. 299–325.
- Dogan, M., 1989. *Pathways to power: selecting rules in pluralist democracies*, Boulder, CO: Westview Press.
- Dowding, K. & Dumont, P., 2013. Summary for Policymakers. In Intergovernmental Panel on Climate Change, ed. *Climate Change 2013 - The Physical Science Basis*. Cambridge:

- Cambridge University Press, pp. 1–30.
- Druckman, J.N., 1996. Party Factionalism and Cabinet Durability. *Party Politics*, 2(3), pp.397–407.
- Figueiredo, A. & Limongi, F., 2001. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*, Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Figueiredo, A.C., 2007. Government Coalitions in Brazilian democracy. *Brazilian Political Science Review*, 1(2), pp.182–216.
- Figueiredo, A.C., Canello, J. & Vieira, M., 2012. Governos minoritários no presidencialismo latino-americano: determinantes institucionais e políticos. *Dados*, 55(4), pp.839–875.
- Fischer, J., Dowding, K. & Dumont, P., 2012. The duration and durability of cabinet ministers. *International Political Science Review*, 33(5), pp.505–519.
- Franz, P., 2017. Por que ministros são demitidos do gabinete? Uma análise dos governos do PSDB e do PT. *Observatório de elites políticas e sociais do Brasil*, 4(4), pp.1–15.
- Franz, P. & Codato, A., 2018. Estabilidad e inestabilidad ministerial en el presidencialismo brasileño. In A. Codato & F. Espinoza, eds. *Élites en las Américas: diferentes perspectivas*. Curitiba; Buenos Aires: Editora UFPR; Ediciones UNGS, pp. 319–345.
- Gallagher, M., 2015. Election indices dataset. *Comparative Political Studies*, pp.1–48. Available at: http://www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_gallagher/ElSystems/index.php [Accessed June 20, 2015].
- Garcia, J.G., 2017. Coalizões de governo: uma medida de concentração alternativa. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 22(72), pp.296–311.
- Huber, J.D. & Martinez-Gallardo, C., 2004. Cabinet Instability and the Accumulation of Experience: The French Fourth and Fifth Republics in Comparative Perspective. *British Journal of Political Science*, 34(1), pp.27–48.
- Huber, J.D. & Martinez-Gallardo, C., 2008. Replacing Cabinet Ministers: Patterns of Ministerial Stability in Parliamentary Democracies. *American Political Science Review*, 102(2), pp.169–180.
- Inácio, M. & Rezende, D., 2015. Partidos legislativos e governos de coalizão: controle horizontal de políticas públicas. *Opinião Pública*, 21(2), pp.296–335.
- Laakso, M. & Taagepera, R., 1979. “Effective” Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. *Comparative Political Studies*, 12(1), pp.3–27.
- Lijphart, A., 1984. Measures of Cabinet Durability: A Conceptual and Empirical Evaluation. *Comparative Political Studies*, 17(2), pp.265–279.
- Martínez-Gallardo, C., 2014. Designing Cabinets: Presidential Politics and Ministerial Instability. *Journal of Politics in Latin America*, 6(2), pp.3–38.
- Mershon, C., 1996. The Costs of Coalition: Coalition Theories and Italian Governments. *American Political Science Review*, 90(3), pp.534–554.
- Nicolau, J., 2004. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. *Dados*, 47(1), pp.85–129.

- Olivares, A., Baeza, J. & Dávila, M., 2015. Los gabinetes ministeriales en la democracia chilena pos 1990: un caso de estabilidad, continuidad histórica y negociación interpartidaria. *DAAPGE*, (24), pp.7–31.
- Pereira, C., 2017. *Medindo a governabilidade no Brasil: o presidencialismo de coalizão nos governos FHC, Lula e Dilma*. Brasília - DF, Brasil: Universidade de Brasília.
- Pereira, C., Bertholini, F. & Pessoa, S., 2016. Métricas para o presidencialismo multipartidário. *Folha de S.Paulo*.
- Santos, W.G. dos, 1986. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*, Rio de Janeiro: Vértice.
- Schleiter, P. & Morgan-Jones, E., 2009. Constitutional power and competing risks: Monarchs, presidents, prime ministers, and the termination of East and West European cabinets. *American Political Science Review*, 103(3), pp.496–512.
- Silva, A.M., 2017. Os ciclos do presidencialismo de coalizão e seus determinantes político-econômicos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (24), pp.49–80.
- Taylor, M. & Herman, V.M., 1971. Party Systems and Government Stability. *American Political Science Review*, 65(1), pp.28–37.
- Timmermans, A. & Moury, C., 2006. Coalition governance in Belgium and The Netherlands: Rising government stability against all electoral odds. *Acta Politica*, 41(4), pp.389–407.
- Vasselaï, F., 2009. Nomeações ministeriais e importância partidária na democracia de 1946–64: análises comparativas em relação à democracia atual. *Perspectivas*, (35), pp.173–210.
- Warwick, P., 1979. The Durability of Coalition Governments in Parliamentary Democracies. *Comparative Political Studies*, 11(4), pp.465–498.

Anexos

1. Kaplan-Meier

Tabela 1.1-A. Médias e medianas para tempo de sobrevivência

regime político	grau de politização do governo	Média ^a				Mediana			
		Estimativas	Modelo padrão	Intervalo de confiança de 95%		Estimativas	Modelo padrão	Intervalo de confiança de 95%	
				Limite inferior	Limite superior			Limite inferior	Limite superior
regime de 1946	menos politizado	34,341	2,330	29,775	38,908	29,000	5,143	18,919	39,081
	mais politizado	10,126	,448	9,249	11,004	11,000	,771	9,489	12,511
	Geral	29,589	1,998	25,673	33,505	25,000	2,575	19,952	30,048
regime de 1988	menos politizado	29,754	1,321	27,164	32,344	31,000	4,288	22,595	39,405
	mais politizado	28,270	1,306	25,710	30,829	22,000	1,908	18,260	25,740
	Geral	30,496	1,063	28,412	32,580	24,000	1,814	20,445	27,555

a. A estimação estará limitada ao maior tempo de sobrevivência se for censurada.

Tabela 1.2-A. Percentis

regime político	grau de politização do governo	50,0%		75,0%	
		Estimativas	Modelo padrão	Estimativas	Modelo padrão
regime de 1946	menos politizado	29,000	5,143	13,000	3,027
	mais politizado	11,000	,771	6,000	1,203
	Geral	25,000	2,575	10,000	,844
regime de 1988	menos politizado	31,000	4,288	13,000	1,359
	mais politizado	22,000	1,908	10,000	,548
	Geral	24,000	1,814	11,000	,520

2. Regressão de Cox

Tabela 2.1-A. Resumo do processamento de caso

regime político		N	Porcentagem
regime de 1946	Evento ^a	91	42,7%
	Casos disponíveis em análise Censurado	122	57,3%
	Total	213	100,0%
	Casos com valores ausentes	0	0,0%
	Casos com tempo negativo	0	0,0%
	Casos descartados Censored cases before the earliest event in a stratum	0	0,0%
	Total	0	0,0%
	Total	213	100,0%
	Evento ^a	287	51,9%
	Casos disponíveis em análise Censurado	266	48,1%
regime de 1988	Total	553	100,0%
	Casos com valores ausentes	0	0,0%
	Casos com tempo negativo	0	0,0%
	Casos descartados Censored cases before the earliest event in a stratum	0	0,0%
	Total	0	0,0%
	Total	553	100,0%

a. Variável dependente: tempo de permanência no gabinete em meses

Tabela 2.2-A. Codificações de variável categórica^{a,d,e}

		Frequência	(1)^c
eleicao_presidencial ^b	0=não	666	1
	1=sim	100	0
presidente_nao_eleito ^b	0=não	402	1
	1=sim	364	0
primeiro_gabinete ^b	0=não	396	0
	1=sim	370	1

a. Variável de categoria: eleicao_presidencial (9. eleição presidencial)

b. Codificação de parâmetro de indicador

c. A variável (0,1) foi recodificada, de modo que seus coeficientes não serão os mesmos que para a codificação de indicador (0,1).

d. Variável de categoria: presidente_nao_eleito (10. presidente não eleito diretamente)

e. Variável de categoria: primeiro_gabinete (2. primeiro gabinete)

Bloco 0: Bloco inicial

Tabela 2.3-A. Variáveis não presentes na equação^{a,b}

regime político	Pontuação	df	Sig.	regime político	Pontuação	df	Sig.
regime de 1946	já_foi_ministro	6,148	1 ,013	regime de 1988	já_foi_ministro	,000	1 ,997
	primeiro_gabinete	3,820	1 ,051		primeiro_gabinete	4,931	1 ,026
	N_partidos_gabinete_saida	3,941	1 ,047		N_partidos_gabinete_saida	,223	1 ,637
	mudanca_partid_gabinete	9,410	1 ,002		mudanca_partid_gabinete	17,323	1 ,000
	ZNEPp_saida	6,445	1 ,011		ZNEPp_saida	2,781	1 ,095
	Ztx_coalescencia_gabinetes	,280	1 ,597		Ztx_coalescencia_gabinetes	21,814	1 ,000
	idade_democracia	4,590	1 ,032		idade_democracia	15,186	1 ,000
	ciclo_eleitoral	3,796	1 ,051		ciclo_eleitoral	76,020	1 ,000
	eleicao_presidencial	10,710	1 ,001		eleicao_presidencial	23,828	1 ,000
	presidente_ao_eleito	10,720	1 ,001		presidente_ao_eleito	9,940	1 ,002
	log_inflacao	9,243	1 ,002		log_inflacao	10,323	1 ,001
	variacao_PIB	,496	1 ,481		variacao_PIB	12,190	1 ,000

a. Qui-quadrado residual = 70,070 com 12 df Sig. = ,000

b. Qui-quadrado residual = 195,891 com 12 df Sig. = ,000

Bloco 1: Método = Forward Stepwise (Razão de verossimilhança)

Tabela 2.4-A. Testes de coeficientes de modelo Omnibusⁱ

regime político	Verossimilhança de log -2	Geral (pontuação)			Mudança da etapa anterior			Mudança do bloco anterior		
		Qui-quadrado	df	Sig.	Qui-quadrado	df	Sig.	Qui-quadrado	df	Sig.
regime de 1946	1 ^{a,j}	823,164	10,720	1 ,001	10,701	1 ,001		10,701	1 ,001	
	2 ^{b,k}	816,232	19,791	2 ,000	6,932	1 ,008		17,633	2 ,000	
	3 ^{c,l}	809,441	26,418	3 ,000	6,791	1 ,009		24,424	3 ,000	
	4 ^{d,m}	803,483	32,335	4 ,000	5,958	1 ,015		30,382	4 ,000	
	5 ^{e,n}	792,171	39,392	5 ,000	11,311	1 ,001		41,694	5 ,000	
	6 ^{f,o}	775,288	55,522	6 ,000	16,884	1 ,000		58,577	6 ,000	
	7 ^{g,p}	776,286	55,170	5 ,000	,998	1 ,318		57,579	5 ,000	
	8 ^h	769,396	63,362	6 ,000	6,890	1 ,009		64,469	6 ,000	
regime de 1988	1 ^{a,j}	3171,640	76,020	1 ,000	67,301	1 ,000		67,301	1 ,000	
	2 ^{b,k}	3155,697	92,486	2 ,000	15,943	1 ,000		83,245	2 ,000	
	3 ^{c,l}	3122,956	132,870	3 ,000	32,741	1 ,000		115,985	3 ,000	
	4 ^{d,m}	3090,022	151,806	4 ,000	32,934	1 ,000		148,919	4 ,000	
	5 ^{e,n}	3081,452	156,464	5 ,000	8,570	1 ,003		157,489	5 ,000	
	6 ^{f,o}	3069,786	173,669	6 ,000	11,666	1 ,001		169,155	6 ,000	
	7 ^{g,p}	3062,960	180,802	7 ,000	6,826	1 ,009		175,981	7 ,000	

a. Variáveis inseridas na etapa número 1: presidente_nao_eleito

b. Variáveis inseridas na etapa número 2: eleicao_presidencial

c. Variáveis inseridas na etapa número 3: mudanca_partid_gabinete

d. Variáveis inseridas na etapa número 4: primeiro_gabinete

e. Variáveis inseridas na etapa número 5: ZNEPp_saida

f. Variáveis inseridas na etapa número 6: N_partidos_gabinete_saida

g. Variáveis removidas na etapa número 7: presidente_nao_eleito

h. Variáveis inseridas na etapa número 8: Ztx_coalescencia_gabinetes

i. Iniciando bloco número 1. Método = Forward Stepwise (razão de verossimilhança)

j. Variáveis inseridas na etapa número 1: ciclo_eleitoral

k. Variáveis inseridas na etapa número 2: log_inflacao

l. Variáveis inseridas na etapa número 3: Ztx_coalescencia_gabinetes

m. Variáveis inseridas na etapa número 4: N_partidos_gabinete_saida

n. Variáveis inseridas na etapa número 5: idade_democracia

o. Variáveis inseridas na etapa número 6: ZNEPp_saida

p. Variáveis inseridas na etapa número 7: primeiro_gabinete

Tabela 2.5-A. Médias de covariáveis e valores de padrão

regime político		Média	Padrão		regime político	Média	Padrão	
			1	2			1	2
regime de 1946	já_foi_ministro	,036	,036	,036	já_foi_ministro	,097	,097	,097
	primeiro_gabinete	,446	,446	,446	primeiro_gabinete	,497	,497	,497
	N_partidos_gabinete_saida	3,521	3,521	3,521	N_partidos_gabinete_saida	5,886	5,886	5,886
	mudanca_partid_gabinete	,127	,127	,127	mudanca_partid_gabinete	-,273	-,273	-,273
	ZNEPp_saida	,000	,000	,000	ZNEPp_saida	,000	,000	,000
	Ztx_coalescencia_gabinetes	,000	,000	,000	Ztx_coalescencia_gabinetes	,000	,000	,000
	idade_democracia	11,296	11,296	11,296	idade_democracia	17,488	17,488	17,488
	ciclo_eleitoral	,083	,083	,083	ciclo_eleitoral	,242	,242	,242
	eleicao_presidencial	,911	,911	,911	eleicao_presidencial	,854	,854	,854
	presidente_nao_eleito	,423	1,000	0,000	presidente_nao_eleito	,564	1,000	0,000
	log_inflacao	1,415	1,415	1,415	log_inflacao	1,432	1,432	1,432
	variacao_PIB	-,903	-,903	-,903	variacao_PIB	,254	,254	,254

Tabela 2.6-A.

		regime político	B	SE	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% CI para Exp(B)	
									Inferior	Superior
regime de 1946	Etapa 1	presidente_ao_eleito	-,717	,223	10,355	1	,001	,488	,316	,756
	Etapa 2	eleicao_presidencial	-,740	,262	8,003	1	,005	,477	,286	,797
		presidente_ao_eleito	-,660	,223	8,762	1	,003	,517	,334	,800
	Etapa 3	mudanca_partid_gabinete	,317	,120	6,991	1	,008	1,373	1,085	1,737
		eleicao_presidencial	-,694	,263	6,980	1	,008	,499	,298	,836
		presidente_ao_eleito	-,606	,222	7,427	1	,006	,546	,353	,844
	Etapa 4	primeiro_gabinete	-,558	,232	5,805	1	,016	,572	,364	,901
		mudanca_partid_gabinete	,401	,126	10,102	1	,001	1,494	1,166	1,913
		eleicao_presidencial	-,516	,272	3,602	1	,058	,597	,350	1,017
		presidente_ao_eleito	-,627	,222	7,998	1	,005	,534	,346	,825
		primeiro_gabinete	-,847	,252	11,276	1	,001	,429	,261	,703
	Etapa 5	mudanca_partid_gabinete	,525	,139	14,177	1	,000	1,690	1,286	2,220
		ZNEPp_saida	,397	,125	10,076	1	,002	1,487	1,164	1,899
		eleicao_presidencial	-,572	,271	4,471	1	,034	,564	,332	,959
		presidente_ao_eleito	-,490	,223	4,832	1	,028	,612	,396	,948
		primeiro_gabinete	-1,120	,265	17,823	1	,000	,326	,194	,549
	Etapa 6	N_partidos_gabinete_saida	-1,365	,359	14,447	1	,000	,255	,126	,516
		mudanca_partid_gabinete	1,287	,230	31,390	1	,000	3,624	2,310	5,685
		ZNEPp_saida	1,186	,239	24,700	1	,000	3,273	2,051	5,224
		eleicao_presidencial	-,673	,272	6,141	1	,013	,510	,300	,869
		presidente_ao_eleito	-,237	,238	,993	1	,319	,789	,495	1,258
		primeiro_gabinete	-1,139	,265	18,426	1	,000	,320	,190	,539
	Etapa 7	N_partidos_gabinete_saida	-1,469	,349	17,758	1	,000	,230	,116	,456
		mudanca_partid_gabinete	1,337	,223	36,043	1	,000	3,809	2,462	5,894
		ZNEPp_saida	1,260	,228	30,561	1	,000	3,526	2,256	5,512
		eleicao_presidencial	-,691	,271	6,485	1	,011	,501	,294	,853
		primeiro_gabinete	-1,317	,284	21,453	1	,000	,268	,153	,468
	Etapa 8	N_partidos_gabinete_saida	-1,305	,343	14,488	1	,000	,271	,138	,531
		mudanca_partid_gabinete	1,390	,220	39,961	1	,000	4,015	2,609	6,178
		ZNEPp_saida	1,288	,226	32,469	1	,000	3,625	2,328	5,645
		Ztx_coalescencia_gabinetes	-,325	,123	6,978	1	,008	,723	,568	,920
		eleicao_presidencial	-,927	,293	10,053	1	,002	,396	,223	,702

Tabela 2.7-A.

regime político			B	SE	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% CI para Exp(B)	
									Inferior	Superior
regime de 1988	Etapa 1	ciclo_eleitoral	1,109	,132	70,691	1	,000	3,032	2,341	3,927
		ciclo_eleitoral	1,165	,132	77,504	1	,000	3,206	2,474	4,156
	Etapa 2	log_inflacao	,229	,056	16,796	1	,000	1,257	1,127	1,402
		Ztx_coalescencia_gabinetes	,437	,079	30,624	1	,000	1,548	1,326	1,808
	Etapa 3	ciclo_eleitoral	,971	,142	46,721	1	,000	2,640	1,999	3,488
		log_inflacao	,410	,063	42,043	1	,000	1,507	1,331	1,706
	Etapa 4	N_partidos_gabinete_saida	,218	,038	32,066	1	,000	1,243	1,153	1,340
		Ztx_coalescencia_gabinetes	,564	,088	41,349	1	,000	1,757	1,480	2,087
		ciclo_eleitoral	,976	,142	47,161	1	,000	2,655	2,009	3,508
		log_inflacao	,903	,110	67,600	1	,000	2,468	1,990	3,060
		N_partidos_gabinete_saida	,317	,052	37,231	1	,000	1,373	1,240	1,520
		Ztx_coalescencia_gabinetes	,499	,090	30,637	1	,000	1,647	1,380	1,965
	Etapa 5	idade_democracia	-,043	,015	8,461	1	,004	,958	,931	,986
		ciclo_eleitoral	,914	,143	40,569	1	,000	2,494	1,883	3,304
	Etapa 6	log_inflacao	,763	,117	42,584	1	,000	2,144	1,705	2,697
		N_partidos_gabinete_saida	,216	,059	13,596	1	,000	1,242	1,107	1,393
		ZNEPp_saida	,522	,152	11,810	1	,001	1,686	1,252	2,271
		Ztx_coalescencia_gabinetes	,600	,100	36,046	1	,000	1,821	1,498	2,215
		idade_democracia	-,086	,019	20,251	1	,000	,918	,884	,953
		ciclo_eleitoral	,983	,143	47,331	1	,000	2,673	2,020	3,537
		log_inflacao	,557	,131	18,033	1	,000	1,745	1,350	2,257
		primeiro_gabinete	-,345	,131	6,932	1	,008	,708	,547	,915
		N_partidos_gabinete_saida	,238	,060	15,463	1	,000	1,268	1,127	1,428
		ZNEPp_saida	,573	,154	13,952	1	,000	1,774	1,313	2,397
	Etapa 7	Ztx_coalescencia_gabinetes	,611	,101	36,877	1	,000	1,843	1,513	2,244
		idade_democracia	-,098	,020	25,025	1	,000	,907	,872	,942
		ciclo_eleitoral	,917	,146	39,446	1	,000	2,501	1,879	3,329
		log_inflacao	,525	,131	15,949	1	,000	1,691	1,307	2,188